

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
DISCIPLINA: MONOGRAFIA I
PROFESSOR: DANIEL AARÃO REIS
ALUNO: EVANDRO DE OLIVEIRA MACHADO

PROJETO DE PESQUISA

O PENSAMENTO POLÍTICO-MILITAR DE CHE GUEVARA

Estudarei o pensamento político-militar de Che Guevara. Todo pensamento é produto do seu tempo e do seu espaço. Portanto, o presente estudo estará sempre atento aos contextos históricos dentro dos quais os seus pensamentos brotaram.

Uma vez concluído o estudo, retornarei ao presente, quer dizer, à atual conjuntura em que se encontra hoje a América Latina, dando especial atenção ao Brasil, para analisar se o pensamento político-militar de Che Guevara caducou em virtude de alterações sócio-culturais operadas no curso das últimas décadas desde a sua morte na Bolívia em 1967, ou se, pelo contrário, tais alterações foram irrelevantes – ainda que relativamente – do ponto de vista estrutural para permitirem conceber o seu pensamento político-militar como já ultrapassado.

Dito de outra forma, tentarei avaliar se o pensamento político-militar de Che Guevara ainda possui validade teórica para a proposição de práticas políticas que conduzam as sociedades latino-americanas a ordenações socioeconômicas aptas a integrarem seus contingentes populacionais marginalizados, vale dizer, os bolsões de miséria de nossa América, ou se em virtude de alterações estruturais no campo econômico, jurídico-político e ideológico tais contingentes marginalizados já poderiam vislumbrar melhores destinos seguindo caminhos diversos daqueles propostos por Che.

OBJETIVO

Che Guevara nunca teve esperanças de que a solução para os problemas sociais da América Latina poderia se dar pela via capitalista. Para Che, em virtude de imposições histórico-econômicas, todas as medidas necessárias para a construção de sociedades inclusivas e socialmente responsáveis entrariam em contradição antagônica

com interesses importantes para a sobrevivência das classes dominantes nativas e, sobretudo, com os interesses do imperialismo em geral e especialmente o norte-americano em particular. Daí a sua conclusão lógica de que, cedo ou tarde, os povos oprimidos de nossa América, nas suas lutas por dias melhores, se deparariam – sempre - com a oposição de seus inimigos internos e externos, dispostos e aptos ao emprego da força militar para o esmagamento de possíveis recalcitrantes insurgentes.

Sendo, portanto, inexorável a luta militar para a libertação dos povos latino-americanos da miséria, nada mais óbvio – para Che – do que inserir na sua equação política – ou teoria revolucionária – a questão militar, ou seja, o preparo político dos povos para a luta militar encarniçada contra as classes dominantes nativas e internacionais.

O presente estudo objetiva verificar se o pensamento político-militar de Che Guevara é ou não atual e, a partir dessa reflexão, municiar teoricamente os agrupamentos virtualmente insurgentes da esquerda latino-americana – ainda que mesmo superficialmente – ofertando análises que lhes permitam escolher o melhor caminho para se chegar a sociedades socialmente justas em nossa América.

JUSTIFICATIVA

Na atual e extraordinária etapa do seu desenvolvimento, o sistema produtivo capitalista tem conseguido poupar mão-de-obra como nunca se pensou possível. As ficções científicas que projetam para o futuro a revolta não mais dos trabalhadores mas das máquinas inteligentes contra os humanos fazem sentido.

A contradição inexorável que projetamos reside no crescimento constante dos gigantes populacionais já excluídos do sistema produtivo – como são os bolsões de miséria de nossa América – contrastando com uma minoria desfrutante das vantagens oferecidas pelas revolucionárias inovações tecnológicas, grosso modo.

É claro que toda contradição encontra a sua solução. Em nosso caso, explosões espontâneas de descontentamento – facilmente esmagadas pelos agentes da ordem - e/ou revoluções conduzidas por novos projetos de reordenamento das sociedades. Não é difícil prever isso. É quase que óbvio. Quando, como e onde ninguém sabe. E aqui reside a importância dos estudos que armem politicamente os povos contra o capitalismo.

Espontâneos ou conscientes, os movimentos contestatórios, quando extrapolam os limites dentro dos quais estão confinados pela democracia burguesa (liberdade para protestar mas total ausência de liberdade para mudar efetivamente as coisas) são brutalmente trucidados pelos agentes da ordem. Em nossa América, com raríssimas exceções, sempre foi esse o padrão de comportamento das elites na defesa de seus interesses egoístas.

Restaria saber se tal padrão foi aposentado em razão de novas mentalidades que teriam surgido no processo de redemocratização da América Latina operado nas últimas décadas, ou se – muito pelo contrário – tal aparência não estaria nos revelando a essência das coisas, a saber, a inerente ferocidade estrutural e histórica de nossas elites na defesa de seus interesses. Como dizia Marx, “*Toda ciência seria supérflua se a aparência e a essência das coisas se confundissem*”.¹

Seja como for, a questão militar está posta. Seria possível construir novas sociedades em nossa América sem o uso de armas, pacificamente? Nossas classes dominantes aceitariam perder seus privilégios em virtude de derrotas sofridas legalmente dentro do jogo democrático-burguês, como por exemplo a eleição de governos nacional-estatistas comprometidos com mudanças estruturais de grande alcance, concatenada com maiorias parlamentares que permitissem as alterações dentro da legalidade?

Resgatar o pensamento político-militar de Che Guevara é quase que tarefa obrigatória para a solução do dilema que atravessa todo o presente estudo: é inexorável ou não um acerto de contas dos povos com suas elites pela via das armas? Che se posicionou afirmativamente, e defendeu uma estratégia política estreitamente vinculada a uma concepção de guerra popular revolucionária.

Justifica-se o presente estudo pela relevância teórica do tema para as forças sociais potencialmente insurgentes de nossa América, pois aqui o interesse é discutir teorias explicativas e proposições políticas que abreviem “as dores do parto” de uma Nova América, reduzindo - ao máximo possível –, como diria Che, a quota de mortes que todo povo tem de pagar para conquistar a sua verdadeira liberdade.

CONCEITOS FUNDAMENTAIS

¹ MARX, Karl, *El capital*, México: Fondo de Cultural Económica, 1959, vol. III.

Dois conceitos são fundamentais para a execução do presente trabalho: “Estado” e “pensamento político-militar”. A descrição detalhada destas duas ferramentas de trabalho, missão integrante do presente estudo, é condição indispensável para a compreensão da lógica que norteia e atravessa todo esse projeto.

No que se refere ao conceito de Estado, a referência teórica é aquela defendida por Lenin no curso da Revolução Russa segundo a qual – em resumo - o Estado seria uma máquina de opressão de uma classe sobre outras classes, ou melhor ainda, uma máquina de opressão das classes dominantes sobre as classes dominadas. Assim concebido, a essência do Estado seriam as suas forças militares, os seus “destacamentos de homens armados” sempre postos em combate quando os interesses dominantes são perigosamente ameaçados. Não tenho dúvidas de que Che Guevara se nutria da mesma referência teórica.

Quanto ao segundo conceito, por que não pensamento político e militar? Porque para o Che a guerra era a continuação da política por outros meios e vice-versa. Daí ser um pensamento político-militar. Não é um mero detalhe pois todo o pensamento militar de Che está mergulhado num pensamento mais amplo que é o seu desejo de tomar o poder político – que para o Che é a um tempo poder militar - para construir um novo ser humano e, por extensão, novas sociedades.

A essência do poder político-jurídico (o Estado) são seus meios militares, de tal forma que não constitui genialidade nenhuma perceber a conexão entre o político e o militar na configuração do poder de Estado – que não por acaso possui o monopólio do direito ao uso da força – como também perceber que para se contrapor à ação política do Estado assegurada pela força militar é preciso dispor também de uma ação política assegurada igualmente por uma força militar superior.

O pensamento do Che é – poderíamos dizer – sincrônico-diacrônico, e é nisso onde reside a sua genialidade. O militar, o político, o econômico, o ideológico, o surgimento do “Novo Homem” não são vistos de forma isolada e etapista. Para Che, as coisas vão se formando juntas, umas determinando e sendo determinadas por outras dialeticamente, se inter- relacionando no tempo, uma contribuindo para o progresso da outra e assim por diante. Diferente, por exemplo, do pensamento de muitas organizações de esquerda no Brasil que separavam mecanicamente a ação política da ação militar, essa última muitas vezes classificada como mero “braço armado” subordinado a um corpo político e não como parte integrante de um corpo político.

HIPÓTESE

Com a implantação generalizada de políticas neoliberais, a América Latina, a partir da década de 1980, aprofunda a sua pobreza. Mais importante do que quantificar esse processo é tentar esclarecer a dinâmica deste movimento econômico-social, as possibilidades de detê-lo nos moldes em que opera ou, na sua impossibilidade, a busca de outras vias possíveis.

O produto do desenvolvimento histórico latino-americano nos deu como herança uma classe dominante extremamente brutal na defesa dos seus interesses, avessa às formas mais burguesas de convívio entre as classes, porque nascida das entranhas dos exploradores de trabalho compulsório, e subserviente no trato com o imperialismo, aceitando uma posição subalterna na repartição do produto do sobretrabalho de “seus” povos.

Os setores populares, esmagados por um processo histórico de extrema exclusão de toda ordem, por sua vez, nunca experimentaram dias de fartura. Suas aspirações, portanto, são tão singelas que o seu não atendimento só pode ser explicado pela incapacidade – estrutural - de uma ordenação sócio-econômica que ao invés de encurtar as distâncias entre ricos e pobres, pelo contrário, converte o polo dos ricos em milionários, e o dos pobres em miseráveis.

Nestas condições, lembrando-me dos antecedentes da Revolução Mexicana, sinto-me no direito de afirmar - não como profeta - que a explosão de revoluções latino-americanas é inexorável.

Um paralelo entre os antecedentes da Revolução Mexicana e as condições sócio-econômicas de nossa América atual é quase que obrigatório.

No México ditatorial de Porfírio Díaz (1877-1911):

- 1 – O desenvolvimento acelerado das forças produtivas altera brutalmente as relações sociais de produção;
- 2 – O capital estrangeiro experimenta uma liberdade de ação quase que total;
- 3 – Grande quantidade de terras camponesas são confiscadas e incorporadas à grande propriedade, provocando uma urbanização caótica;
- 4 – As crises de abastecimento passam a ser constantes, em virtude da conversão das terras camponesas, antes produtoras de alimentos para o consumo local, em produtos diversos voltados para o mercado externo;

- 5 – Verifica-se um aumento da repressão sobre todos os setores descontentes, sobretudo operários e camponeses;
- 6 – Há uma combinação explosiva entre explosão demográfica e concentração de renda;
- 7 – A mobilidade social, operando como válvula de escape para os setores médios (classe média), é bloqueada no México. Nela, somente amigos e parentes da oligarquia têm acesso;
- 8 – A classe operária e o proletariado em geral são atingidos pela inflação, pelo aumento de impostos, pelo agravamento das condições de trabalho, pelo desemprego provocado por inovações tecnológicas;
- 9 – Uma fração não hegemônica da classe dominante, descontente e disposta a lutar pelos seus interesses, também conspira para a derrubada de Porfírio; e
- 10 – O próprio imperialismo, insatisfeito com algumas autodeterminações de Porfírio, vai literalmente exigir a sua retirada.

Ao relermos todos os itens acima descritos, mas com o olhar voltado para o conjunto dos países latino-americanos de 2006, veremos que, respeitadas as especificidades locais e algumas exceções – como Cuba -, quase todos são aplicáveis aos demais países, excluindo-se os dois últimos. É pouco provável que frações da classe dominante historicamente subalternas embarquem num processo revolucionário que, nas condições atuais, dificilmente seria de caráter burguês, como o foi no caso mexicano. Quanto ao imperialismo, excluindo-se Hugo Chaves (Venezuela), Evo Morales (Bolívia) e naturalmente Cuba, todos os demais conformaram-se em governar dentro dos marcos de dependência e subordinação sobretudo norte-americanos.²

Seria estender por demais a análise se discutíssemos cada um dos fatores que provocaram a explosão mexicana e sua recorrência na atualidade, generalizada a quase todo o continente. No entanto, estou convencido de que um exame cuidadoso das condições econômico-sociais de cada um dos países latino-americanos confirmaria a hipótese de que nossa América, hoje, a despeito de a história nunca se repetir, marcha para o México de 1910. Três seriam as principais diferenças: a primeira, que a revolução, ao contrário do que se deu no México, partiria da cidade para o campo, em virtude de um processo de urbanização caótico operado no curso de todo o século passado. A segunda, que o seu caráter não poderia ser outro senão socialista, ainda que

² Lula, atual presidente do Brasil, é um exemplo clássico. Incapaz de alterar as estruturas neocoloniais, apela para políticas compensatórias.

na sua forma evolutiva e não revolucionária.³ Não sendo socialista, dificilmente seria revolução, dada a cumplicidade de interesses entre as elites locais e o imperialismo, comprometidos tacitamente com a manutenção de tudo o que aí está, pois é precisamente dessa permanência que retiram seus lucros.⁴ Para o esclarecimento da terceira diferença, deixemos falar um anti-imperialista:

*“Na Revolução mexicana é conhecida a importância que os caminhos de ferro têm na luta, principalmente para a Divisão do Norte. Os caminhos de ferro não deixam de expressar, de maneira condensada, a síntese das contradições que conduziram o México à própria Revolução. Símbolo das inovações tecnológicas e da integração ao mercado mundial, os trilhos conduzem uma locomotiva de forças produtivas que atravessam um México fundamentalmente agrário e transtornam as antigas relações de produção. Não causa surpresa que a população camponesa se utilize, também, dos trilhos e da locomotiva para superar as contradições introduzidas pelo desenvolvimento das forças produtivas, e que são tão bem expressos pelo ferro e o aço da ação direta das massas”.*⁵

Seria a ALCA a locomotiva do século XXI ? ...⁶

³ Para uma discussão sobre socialismo evolutivo e revolucionário, ver: Ribeiro, Darcy; *AS AMÉRICAS E A CIVILIZAÇÃO*; Vozes; Rio de Janeiro; 1983; pp. 517-525.

⁴ “(...) ali onde as esquerdas marxistas venham alcançar vitórias, qualquer que seja o seu caráter (grifo meu), a implantação de um regime sócio-político de transição ao socialismo enfrentaria enormes obstáculos porque poria em xeque toda a estrutura de poder vigente, desencadeando um processo político altamente conflitivo. O derrocamento desse novo poder, através de um golpe militar impulsionado de dentro e de fora do país, geraria tensões cujo desenlace seria imprevisível. Sua consolidação, se alçada, representaria o desafio de desenvolver um novo modelo de socialismo que deveria realizar a reordenação racional da sociedade sob as difíceis condições de enfrentar, internamente, a contra-revolução e, externamente, o cerco imperialista”. Ribeiro, Darcy; *O DILEMA DA AMÉRICA LATINA*; Vozes; Rio de Janeiro; 1983; p.254.

⁵ Carmelo, Adriano; *OLIGARQUIAS E REVOLUÇÃO MEXICANA*; UFF – Trabalho de América III; Prof. Norberto Ferreras; Rio de Janeiro; 2004; p. 10.

⁶ ALCA: Área de Livre Comércio das Américas. Teoricamente, um projeto que teria como objetivo integrar economicamente toda a América, em proveito de todos. Na prática (o mais interessado nela são os EUA) se de fato implantada, a eliminação de barreiras alfandegárias, dentre outros fatores, levará pelos ares qualquer sonho latino-americano de independência econômica nos moldes do sistema sócio-econômico capitalista. O livre comércio entre estruturas produtivas extremamente desiguais do ponto de vista sobretudo tecnológico é a liberdade dos monopólios devorarem seus concorrentes. Aumento da concentração de renda, esmagamento dos setores médios, enfim, tudo aquilo que já vimos ao tratarmos do México de 1910 são as conseqüências naturais deste processo. A implantação da ALCA num ambiente político e econômico orientado pelo neoliberalismo, quer dizer, dominado por concepções de que a desigualdade social estimula a competição que por sua vez traz o progresso; que gastos públicos no social caminhariam no sentido de diminuir desigualdades e, portanto, diminuir o progresso; tudo isso – ALCA e neoliberalismo – converterá a América Latina num barril de pólvora, seguramente.

Ainda que não seja, certamente dará grandes contribuições para o aguçamento das contradições de classe em nosso continente. Estas, por sua vez, não param de crescer na mesma medida em que não param de crescer as iniquidades de nossas elites dirigentes, crenças de que na história, a impunidade é eterna.

Independentemente de ALCA, as estruturas latino-americanas de produção e as relações sociais delas provenientes já nos empurram para crises sociais de grande envergadura. O emprego de forças produtivas mais desenvolvidas na agricultura de exportação, por exemplo, reduziu drasticamente a necessidade de comunidades que subsistiam ao redor dos latifúndios, que em épocas de colheita se assalariavam temporariamente. Grande parte desses contingentes, “aconselhados” a venderem suas terras – na melhor das hipóteses – ao latifúndio migram para as cidades ou engajam-se em movimentos contestatórios, como o Movimento dos trabalhadores Sem-Terra (MST) no Brasil. Vão se juntar aos seus antigos vizinhos que para lá foram primeiro, por razões muito semelhantes. Constituirão, junto com os demais excluídos do sistema produtivo citadino, os bolsões de miséria de nossa América.

A dinâmica deste movimento econômico-social é a dinâmica de um capitalismo periférico, subordinado e dependente. Detê-lo nos moldes em que opera, ou seja, capitalista, seria possível se contássemos com setores burgueses dispostos a se aliarem com outros setores democráticos e populares para fazerem frente à dominação imperialista, apresentando como alternativa um projeto de desenvolvimento nacionalista-modernizador, ou seja, em linhas gerais, que levasse em conta o desenvolvimento humano de seus povos. Analisado estritamente do ponto de vista econômico, tal projeto seria extremamente viável, pois uma distribuição menos desigual de renda já seria capaz de fazer surgir um enorme mercado interno de consumo de massa, fomentador de um desenvolvimento industrial autônomo e voltado para o abastecimento de nossas necessidades mais urgentes (alimentos, roupas, habitações populares, etc.). Tal não se dá justamente porque nossas burguesias só acidentalmente seriam nacionais, porque nascidas a contragosto aqui, mas nunca nacionalistas.

O desenvolvimento do processo de exclusão social no campo produz novos “êxodos rurais”. Sem um setor secundário apto a incorporar estas massas sobranças na produção, acomodam-se, quando muito, no setor mais pobre do terciário. Aos que já residem nas cidades, o desemprego estrutural, somado a políticas neoliberais cujos governos “lavam as mãos” para os problemas sociais, exclui dia-a-dia novos e novos contingentes. Temos, pois, um sistema sócio-econômico excludente. Sobras do campo e

sobras da cidade aglomeram-se nas cidades ou nas periferias dos centros urbanos, configurando bolsões de miséria.

As conjunturas pré-revolucionárias latino-americanas, desde a colonização, se fizeram presentes em virtude da incapacidade recorrente dos sistemas sócio-econômicos aqui instalados de promoverem o mínimo de bem-estar social a nossos povos.

Com o fim da União Soviética, as potências capitalistas se viram na possibilidade de se livrarem do fardo cujo nome era Estado de Bem-estar Social. O neoliberalismo é a expressão teórica moderna deste retorno ao liberalismo, mas numa etapa superior do seu desenvolvimento. Os processos de exclusão social atingem inclusive as sociedades metropolitanas. Nelas, os efeitos do desenvolvimento capitalista só não são maiores porque exportados para o chamado mundo subdesenvolvido. Por ironia da história, na atualidade, a maior exportadora de revoluções é justamente aquela potência que, na década de 1960, no auge da Guerra Fria, acusava os partidos de esquerda latino-americanos, sobretudo os comunistas, de serem agentes do comunismo internacional, orientados pela URSS para importarem revoluções ao continente. Hoje, os importadores de revoluções são as transnacionais instaladas em nossos países, mas também os invisíveis especuladores de câmbio, de dívidas, de ações, enfim, estas figuras sombrias que o capitalismo parasitário e moribundo criou.

Como podemos facilmente perceber, o desenvolvimento das contradições de classe e a incapacidade do sistema sócio-econômico de reverter tal processo nos empurra para grandes confrontos entre as classes com interesses antagônicos. Naturalmente que todos vão mobilizar o que tiverem à disposição para derrotarem o oponente. Nestas condições, a confronto armado é inexorável, o que nos faz perceber certa atualidade do pensamento político-militar do Che.

Ver tal atualidade é reconhecer que a América Latina não experimentou mudanças estruturais que nos permitam acreditar na possibilidade da via pacífica para a construção de novas sociedades. De fato, a meu ver, não experimentou mesmo. Vejo, portanto, bastante atualidade no pensamento político-militar de Che, ainda que relativamente, mas somente um estudo multifacetado poderá sustentar – ou não – tal hipótese.

“Definitivamente, é preciso levar em conta que o imperialismo é um sistema mundial, última etapa do capitalismo, e é necessário derrotá-lo em uma grande confrontação mundial. (...) É absolutamente justo evitar todo sacrifício

*inútil. Por isso é tão importante o esclarecimento das possibilidades efetivas que tem a América dependente de se libertar de forma pacífica. Para nós está clara a solução para esta interrogação: poderá ser ou não o momento atual o indicado para iniciar a luta, mas não podemos alimentar nenhuma ilusão, nem temos o direito a obter a liberdade sem combater. E os combates não serão meras lutas de rua, de pedras contra gases lacrimogêneos, nem de greves gerais pacíficas; nem será a luta de um povo enfurecido que destruirá em dois ou três dias a estrutura repressiva das oligarquias dominantes; será uma luta longa, cruenta, cuja frente estará em refúgios guerrilheiros, nas cidades, nas casas dos combatentes – onde a repressão irá buscar vítimas fáceis entre seus familiares -, na população camponesa massacrada, nas aldeias ou cidades destruídas pelo bombardeio inimigo. (...) Isso significa uma guerra longa. E, repetimo-lo uma vez mais, uma guerra cruel. Que ninguém se engane quando for iniciá-la e que ninguém vacile por temor aos resultados que possa trazer para seu povo. É quase que a única esperança da vitória”.*⁷

METODOLOGIA E FONTES

O marxismo nos ensina a compreender qualquer fenômeno ou processo como algo em constante movimento, como de fato são todas as coisas deste mundo – inclusive o pensamento. Nos ensina a ver como surgiram e se desenvolveram até chegarem a ser o que são. O pensamento que levou Che à Bolívia tem, portanto, uma história, que é a história do próprio ser social que o produziu. Tal compreensão nos obriga a iniciar nossos estudos pela biografia do Che.

Como qualquer pensamento é filho das questões postas pelo seu tempo e pelo seu espaço, o exame das circunstâncias que o produziram servirá como antídoto à terrível doença profissional dos historiadores, a saber: o anacronismo. Assim, tentaremos fazer um estudo sincrônico e diacrônico dos escritos do Che combinados com as circunstâncias dentro das quais tais escritos se realizaram.

⁷ Guevara, Che; *MENSAGEM AOS POVOS DO MUNDO ATRAVÉS DA TRICONTINENTAL*; 1967; IN: GUEVARA, CHE; Coleção América Latina – Série Nossa História, Nossos Problemas, Volume 9; *POR UMA REVOLUÇÃO INTERNACIONAL*; Editora Edições Populares; São Paulo; 1987; pp. 103, 104 e 106.

COMENTÁRIOS SOBRE A BIBLIOGRAFIA

A bibliografia selecionada poderá, naturalmente, ser ampliada com o desenvolvimento dos estudos. No entanto, a que apresento inicialmente tenta dar cabo das questões fundamentais sobre as quais o projeto se defrontará.

BIBLIOGRAFIA

BANDEIRA, L.A.M., *De Martí a Fidel. A revolução cubana e a América Latina*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1998.

BARÃO, Carlos, *Debates Econômicos em Cuba*, Tese de doutorado defendida em agosto de 2005 no departamento de pós-graduação de História da Universidade Federal Fluminense.

BERARDO, João Batista, *Guerrilhas e Guerrilheiros no drama da América Latina*, Edições Populares, São Paulo, 1981.

CASTAÑEDA, Jorge G., *Che Guevara – A Vida em Vermelho*, Cia. das Letras, 2003.

DEBRAY, Régis, *A guerrilha do CHE*, Coleção América Latina, Série Nossa História, Nossos Problemas, V. 10, Edições Populares, São Paulo, 1987.

_____ *Revolução na Revolução*

_____ *A Prova de Fogo – Crítica das Armas (2 v.)*.

ENGELS, Friedrich, *A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO*, Marx & Engels – Obras Escolhidas em Três Tomos, Edições Progresso, Moscovo, 1985, tomo III, pp. 213-374.

FILHO, Daniel Aarão Reis, SÁ, Jair Ferreira de (orgs.), *IMAGENS DA REVOLUÇÃO – Documentos Políticos das Organizações Clandestinas de Esquerda dos anos 1961-1971*, Edit. Expressão Popular, São Paulo, 2006.

FILHO, Omar de Barros, *BOLÍVIA: VOCAÇÃO E DESTINO*, Edit. Versus, São Paulo, 1980.

GUEVARA, Che, *Coleção América Latina Série Nossa História, Nossos Problemas, volumes 1 – Revolução Cubana, 2 – Diário, 3 – A Guerra de Guerrilhas, 4 – Cartas, 5 – Reflexões sobre a História Cubana, 6 – Textos Políticos e Sociais, 7 – Textos Revolucionários, 8 – Textos econômicos para a transformação do socialismo, 9 – Por uma Revolução Internacional*, Edições Populares, São Paulo, 1987.

GUEVARA, Ernesto Che, *Passagens da Guerra Revolucionária: Congo*, Record, 2000.

LENINE, V.I, *O ESTADO E A REVOLUÇÃO. A doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução*, Obras Escolhidas em Três Tomos, Alfa-Omega, São Paulo, 1980, tomo II, pp. 219-305.

LÖWY, Michael, *O PENSAMENTO DE CHE GUEVARA*, Edit. Expressão Popular, São Paulo, 2002.

LYNCH, Ernesto Guevara, *MEU FILHO "CHE"*, Brasiliense, São Paulo, 1981.

SADER, Eder, FERNANDES, Florestan (org.), *Che Guevara – POLÍTICA*, Ática, São Paulo, 1981.

*Evandro de Oliveira Machado
Em 04 de novembro de 2006.*